

POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO  
DO INSTITUTO DA DENUNCIAÇÃO  
DA LIDE NAS AÇÕES COLETIVAS, PARA  
DEFESA DOS DIREITOS INDIVIDUAIS  
HOMOGÊNEOS, DIANTE DO CÓDIGO  
DE DEFESA DO CONSUMIDOR

---

*IVONE CRISTINA DE SOUZA JOÃO\**

**RESUMO**

Para iniciar, se faz necessário esclarecer que todas as questões que envolvem o consumidor, sobretudo quando se visa tutelá-lo de forma coletiva, devem ser balizadas pela jurisdição civil coletiva (LACP + CDC). É um subsistema do processo civil individual; um subsistema que facilita o acesso da “coletividade” à justiça e interfere favoravelmente no funcionamento do Poder Judiciário.

As questões do litisconsórcio, da assistência e de “eventual” intervenção de terceiros nas ações coletivas provenientes de relações de consumo para defesa de direitos individuais homogêneos devem ser vistas sob o prisma deste sistema processual.

Há portanto que se reconstruir todo o sistema, já que o subsistema coletivo tem contornos próprios e completos, prevendo novidades desde a legitimação ativa até a coisa

---

\* Doutoranda em Direitos Difusos e Coletivos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Mestre em Direito Difusos e Coletivos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Mestre em Direito Processual Civil pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora titular de Teoria Geral do Processo da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Professora titular de Direito Processual Civil do Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul – IMES. Advogada.

julgada, colocando-se o tema em pauta justamente entre estas.  
*Palavras-chave:* defesa coletiva, direitos individuais, relações de consumo.

### **ABSTRACT**

First of all, it is necessary to clarify that all the questions that involve the consumer, mainly when intend to tutor them in a collective way must be delimited by a collective civil jurisdiction (LACP + CDC). It is a subsystem of the individual civil process, a subsystem that facilitates the acess of the collectivity to the justice and interferes at the judicial authority work, favorably. The questions regarding to the “litisconsórcio”, assitance and not frequently third parties intervention in collective actions originating in consumption relation to defense the homogeneous individual rights must be seen in this process system context.

There is therefore to reconstruct all the system, since the colletctive subsystem has specific and complete circuit, expecting news since the active legitimization until the judge thing, including this subject between them.

*Key-words:* collective prohibited, individual rights, relations of consumer.

Para iniciar, se faz necessário esclarecer que todas as questões que envolvem o consumidor, sobretudo quando se visa tutelá-lo de forma coletiva, devem ser balizadas pela jurisdição civil coletiva (LACP + CDC). É um subsistema do processo civil individual; um subsistema que facilita o acesso da “coletividade” à justiça e interfere favoravelmente no funcionamento do Poder Judiciário.

As questões do litisconsórcio, da assistência e de “eventual” intervenção de terceiros nas ações coletivas provenientes de relações de consumo para defesa de direitos individuais homogêneos devem ser vistas sob o prisma deste sistema processual. De qualquer modo, far-se-á uso daquilo que, subsidiariamente, se puder tirar do sistema individual, desde que isso não contrarie os objetivos do coletivo. Afinal, a idéia é simplificar ao máximo os procedimentos para a parte mais fraca da relação de consumo, que, bem sabemos, é o consumidor.

A primeira questão que se coloca é: existe a possibilidade de se utilizar as formas de intervenção de terceiros previstas no Código de Processo Civil para tutelar direitos individuais homogêneos?

A resposta a esta indagação deve ser encontrada quando formos às origens dessas figuras processuais. Vejam que as expressões, colocadas no CPC, são realidades do século XIX, baseadas na existência de partes, no seu interesse individual, e o que é individual não pode ser coletivo, daí ser, num primeiro momento, inadequado para a realidade dos interesses **supra**-individuais.

Afigura-se-nos bastante estranha a expressão “terceiros” para esta realidade coletiva. Tudo que não é o indivíduo é terceiro. Vejam como as expressões são perfeitamente adaptáveis ao Código de Processo Civil, que está todo elaborado conforme a realidade do indivíduo. Pelo critério da legitimidade ativa, no processo individual, o direito é *meu* e não é de terceiros; por isso, há perfeita identidade entre o direito material e a legitimidade ativa (art. 6º do CPC).

Manifestando-se acerca das ações coletivas José Carlos Barbosa MOREIRA informa que

outra nota que ressalta à leitura dos supramencionados textos legais é a multiplicação dos casos em que se põe de lado a regra clássica da legitimação para a causa, inspiradora do art. 6º do Código de 73, segundo a qual só as próprias pessoas supostamente titulares da relação jurídica litigiosa teriam qualidade para discuti-la em juízo. Passa-se a adotar com maior largueza uma técnica de emprego restrito, noutros tempos, a hipóteses excepcionais: a do tratamento coletivo não só de litígios concernentes a interesses supra-individuais (como aqueles em função dos quais se concebeu a Lei 7.347, reguladora da ação civil pública), senão até a interesses individuais e pertinentes a sujeitos distintos, mas caracterizados pelo impacto de ‘massa’ que a respectiva lesão é capaz de provocar”<sup>1</sup>.

O mesmo autor, reportando-se a Mauro CAPPELLETTI observa:

Em mais de um lugar (v.g. “*Formazioni sociali e interessi di gruppo...*”), usa CAPPELLETTI a expressão *violazioni di massa*, com a qual sem dúvida se podem designar não só as violações de interesses essencialmente transindividuais, mas também as de interesses individuais dos membros de grandes coletividades, lesados todos pelo mesmo ato ou por uma série de atos da mesma natureza.

---

1. BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Os novos rumos do processo civil brasileiro. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 78, p. 136.

Assim, o conceito de parte no sistema metaindividual já não pode confundir-se com aquele conceito de parte do século passado. Devemos separar os aspectos materiais e processuais que, para o processo coletivo, têm conotações bem diversas. No sistema individual, “parte”, via de regra, é o legitimado ativo, ao passo que no sistema processual coletivo a parte é na realidade toda a sociedade (aspecto material).

Há, portanto, que se reconstruir todo o sistema, já que o subsistema coletivo tem contornos próprios e completos, prevendo novidades desde a legitimação ativa até a coisa julgada, colocando-se o tema em pauta justamente entre estas.

Antes, porém, seria conveniente, neste momento, retornar brevemente ao conceito de parte, até para podermos entender o que são e quem são os terceiros.

Não é pacífico em nossa doutrina o conceito de parte. Ademais, sabemos que a parte pode ser definida em seu duplo aspecto: material e processual.

É da melhor doutrina que ‘as partes como sujeitos da relação processual não devem ser confundidas nem com os sujeitos da relação substancial controvertida, nem com os sujeitos da ação: se freqüentemente essas três qualidades coincidem, na medida em que o processo se instaura precisamente entre os sujeitos da relação substancial controversa (legitimados a agir e a defender-se em relação a esta), pode acontecer que a demanda seja proposta por quem (ou contra quem) não seja na realidade interessado na relação substancial controversa ou não legitimado à ação ou à defesa<sup>2</sup>. Falta a referência completa do Liebman.

O que realmente nos interessa é trabalhar com a parte em seu aspecto formal, já que, como vimos, nas ações coletivas a regra é de legitimidade ativa àqueles que não são os sujeitos da relação jurídica substancial, ao contrário do que ocorre com o sistema processual civil individual, onde as “partes materiais” normalmente são as mesmas que pleiteiam em juízo.

Conceituar parte em seu aspecto processual não é tarefa difícil, e, embora a definição que se segue não receba a aquiescência de

---

2. *Apud* DINAMARCO, Cândido Rangel. *Listisconsórcio*. 5. ed. ver. amp. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 1997. p. 26.

todos, é a que mais adeptos encontra: “São as pessoas que pedem ou em relação às quais se pede, em nome próprio, a tutela jurisdicional”.

Há autores que entendem ser parte um conceito eminentemente processual, não existindo em relação ao direito substancial. Assim manifesta-se Cândido Rangel DINAMARCO:

(...) é metodologicamente legítimo asseverar que ‘a noção de parte é uma noção estritamente processualística (...) Inversamente, ‘a chamada parte em sentido substancial, quando não coincide com a parte em sentido processual, é apenas um terceiro’<sup>3</sup>.

Também Arruda ALVIM, acompanhando Chiovenda, declara que “o conceito de parte é eminentemente processual, resultando, como já se observou, da ‘simples afirmação da ação’. Resulta do fato da propositura da ação”<sup>4</sup>

O conceito de terceiros também não apresenta muito consenso na doutrina. É o que revela Ephraim de Campos Jr.:

Já o conceito de terceiro não apresenta o mesmo consenso, embora predomine a tendência para que haja distinção entre partes e terceiros. Há referência aos terceiros como ‘não-partes’. A formulação de pedido pode ser decisiva para que alguém se considere parte, ou para que, não havendo pedido, o sujeito processual parcial se considere terceiro. A própria localização de cada instituto no Código de Processo Civil pode apresentar relevância para tal fim. Indagação mais detida sobre o instituto da substituição processual torna ainda mais evidente a distinção: a assistência e as demais ‘intervenções de terceiros’ caracterizam-se pela atuação destes, não se confundindo com o do ‘substituto processual’, que não é terceiro: é parte (principal)<sup>5</sup>.

Moacyr Amaral SANTOS<sup>6</sup> define terceiros como

---

3. *Apud.* DINAMARCO, Cândido Rangel, *op. cit.*, p. 22 e 25.

4. *Apud.* ARRUDA ALVIM, José Manoel et. al. *Código do Consumidor comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991. p. 23.

5. *Apud.* CRUZ, José Raimundo Gomes. *Pluralidade de partes e intervenção de terceiros*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991. p. 163.

6. SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras linhas de direito processual civil*. 18.ed. rev. amp. São Paulo: Saraiva, 1997. v. 1. p. 18.

peçoas estrañas à relação de direito material deduzida em juízo e estrañas à relação processual já constituída, mas que, sujeitos de uma relação de direito material que àquela se liga intimamente, intervêm no processo sobre a mesma relação, a fim de defender interesse próprio.

Vistos os conceitos de parte e de terceiro, podemos passar a pensar se podemos ou se temos como adaptar esses conceitos, do século XIX, às ações coletivas para defesa dos direitos individuais homogêneos. Será viável a expressão “terceiro” para estas ações coletivas? E a preocupação com o conceito de parte, terá cabimento para estas ações?

Pensamos que o conceito de parte deve realmente estar separado do direito material e que, portanto, serão partes aquelas às quais a lei permite que litiguem no pólo ativo e no pólo passivo da ação. Quanto aos terceiros, passaremos a avaliar, nos capítulos seguintes, quando abordarmos cada uma das espécies de intervenção de terceiros previstas no Código de Processo Civil, a possibilidade desta intervenção.

O importante é ter em mente que o sistema processual coletivo inovou, principalmente, no que toca à legitimidade de partes e à coisa julgada, e a questão da pluralidade de partes e intervenção de terceiros situa-se exatamente entre estas novas realidades. O assunto deve ser tratado, portanto, à luz do processo civil coletivo, de acordo com as perspectivas a ele inerentes.

O Código de Processo Civil estabelece quatro espécies de intervenção de terceiros, quais sejam, a oposição, a nomeação à autoria, a denunciação da lide e o chamamento ao processo.

A assistência, embora considerada pela maioria dos autores como forma de intervenção de terceiros, está colocada junto ao litisconsórcio.

Os autores costumam dividir as espécies em intervenção voluntária e intervenção provocada, situando a oposição e a assistência como formas de intervenção voluntária e as demais como modalidades de intervenção provocada.

Passemos a examinar a modalidade para a qual está voltada esta trabalho: A DENUNCIAÇÃO DA LIDE.

Denunciar da lide é o mesmo que propor uma ação incidental contra um terceiro, visando que este garanta o prejuízo, em hipótese de derrota na causa do denunciante.

O Código de Processo Civil estabelece três hipóteses de denúncia da lide, *in verbis*:

Art. 70. A denúncia da lide é obrigatória:

I – ao alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta;

II – ao proprietário ou ao possuidor indireto quando, por força de obrigação ou direito, em casos como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada;

III – àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.

Esta é uma modalidade de intervenção de terceiros que, podemos afirmar, é das mais complicadas, senão a mais complicada. As controvérsias giram em torno, principalmente, da obrigatoriedade da denúncia; há dúvidas, por exemplo, sobre se a falta de denúncia acarretaria, conseqüentemente, a perda do direito de regresso; se esta obrigatoriedade limitar-se-ia ao interesse da parte em obter o título executivo contra o responsável; se só seria admissível em caso de garantia automaticamente decorrente de lei ou de contrato; se por ela estaria proibida a intromissão de fundamento novo, não constante na ação originária.

Não nos ocuparemos destas questões que já foram muito bem abordadas por diversos autores nacionais e estrangeiros.

Vejamos, portanto, no sistema processual coletivo, especialmente para a defesa dos direitos individuais homogêneos, o cabimento desta modalidade de intervenção de terceiros.

O **artigo 88** do Código de Defesa do Consumidor estabelece, *in verbis*:

Na hipótese do art. 13, parágrafo único deste Código, a ação de regresso poderá ser ajuizada em processo autônomo, facultada a possibilidade de prosseguir-se nos mesmos autos, *vedada a denúncia da lide*. (grifos nossos)

O artigo 13, por sua vez, cuida de igualar o comerciante aos elencados no artigo 12, atribuindo-lhe responsabilidade solidária quando o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados (I); quando o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador (II); ou se ele não conservar adequadamente os produtos perecíveis.

Além disso, o parágrafo único deste artigo atribui àquele que efetivar o pagamento o direito de regresso contra os demais responsáveis, porém nos limites da participação na causação do evento danoso.

Antes de falarmos propriamente da denúncia da lide, devemos fazer alguns comentários a respeito desse artigo.

O primeiro deles consiste em que, apesar do parágrafo único pertencer ao artigo 13 e este, por sua vez, referir-se exclusivamente à responsabilidade do comerciante, entendemos que o direito de regresso de que trata o artigo é do comerciante contra os demais partícipes da causação do evento e também de todos os co-obrigados do artigo 12, uns contra os outros, na medida da concorrência de cada um para o evento.

É o que diz Arruda ALVIM<sup>7</sup>:

Nestes casos, não só o comerciante, mas eventualmente um fornecedor que se encontre na cadeia dos responsáveis, ou seja, todo aquele que tiver efetuado o pagamento, tem nos termos do art. 13, parágrafo único, o direito à ação de regresso.

O parágrafo único do artigo 13, portanto, refere-se a todo aquele que tiver efetuado o pagamento e não só ao comerciante. Assim, o pagamento e não o comerciante é condição para que exista o direito de regresso, previsto no artigo 88.

A solidariedade é o segundo ponto importante a ser destacado. O parágrafo único do art. 13 refere-se à possibilidade de responsabilidade solidária entre o comerciante e os demais. Esta regra de solidariedade está fundamentada pelo artigo 7º deste mesmo

---

7. ARRUDA ALVIM, José Manoel et al, *op. cit.*, p. 413.



estatuto, que prevê a responsabilidade solidária de todos que participaram, de alguma forma, da ofensa. É hipótese de litis-consórcio passivo facultativo, já que a ação poderá ser proposta contra apenas um deles, que terá, nos moldes do art. 88, ação de regresso contra os demais.

Todavia, este mesmo artigo 88, que prevê o direito de regresso, veda a denúncia da lide para tal fim. Na verdade, como estamos diante de solidariedade poderíamos pensar que mais viável seria a figura do chamamento ao processo e não a da denúncia da lide, mas, embora não tenha aquele sido vedado expressamente como o foi a denúncia da lide, temos pelo seu não-cabimento também, já que o Código quando pretendeu adotar tal figura, o fez expressamente, como veremos na seqüência.

O Código de Defesa do Consumidor, portanto, proíbe expressamente a denúncia da lide, permitindo, ao revés, o direito de regresso, que poderá ser feito nos mesmos autos ou em processo autônomo, estando a denúncia vedada, portanto, na ação coletiva para defesa dos direitos individuais homogêneos .

Outra questão que pode suscitar dúvidas é se esta vedação poderia se referir tão somente às hipóteses do art. 13, parágrafo único. Temos que não. A proibição é para todas as ações, individuais e coletivas, que versem sobre relações de consumo. Isto porque a denúncia da lide é um complicador que, certamente, dirigir-se-ia em detrimento dos consumidores.

Rodolfo de Camargo MANCUSO<sup>8</sup> diz que

pelos termos do art. 88, c/c/ o parágrafo único do art. 13 do CDC, o que se dá é, justamente, a formação de nova lide - entre o co-responsável que indenizou os consumidores e os demais co-responsáveis solidários: nessa nova e autônoma lide, não se discute o binômio dano-nexo causal que motivou o pagamento, nem tampouco dela fazem parte os consumidores ( até porque, já indenizados, nem teriam interesse processual). Logo, de fato, ainda que não constasse da parte final do art. 88 a vedação à denúncia da lide, tal decorreria, naturalmente, do sistema processual vigente.

---

8. MANCUSO, Rodolfo de Carmargo. *Ação Civil Pública*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992. p. 307.

O professor Nelson NERY JR. segue esta linha quando diz que

Embora esteja mencionada como vedada apenas a denunciação da lide na hipótese do CDC 13 par.ún., na verdade o sistema do CDC não admite a denunciação da lide nas ações versando lides de consumo<sup>9</sup>.

O professor Nelson NERY JR.<sup>10</sup> também esclarece que, em se tratando de responsabilidade objetiva, descabida estará a denunciação da lide quando a demanda for de indenização por danos causados ao consumidor.

Celso FIORILLO<sup>11</sup> não pensa diferente quando diz que a vedação da denunciação decorre do sistema em si mesmo, ou seja, de descoincidência e de antagonismos existentes entre a responsabilidade objetiva e solidária, favoráveis ao consumidor, e os princípios individualistas e exclusivistas do CPC e CC.

Kazuo WATANABE<sup>12</sup> acrescenta que a denunciação da lide foi vedada para evitar que a tutela jurídica processual dos consumidores seja retardada e também porque, via de regra, a dedução dessa lide incidental será feita com a invocação de uma causa de pedir distinta.

No Código de Defesa do Consumidor Anotado e Exemplificado pelo IDEC encontramos o seguinte comentário:

Isso ocorre, dentre outras coisas, porque o processo entre o comerciante e o consumidor será decidido com base na responsabilidade objetiva, como estabelece o Código, enquanto a relação entre o comerciante e o outro fornecedor não está prevista pelo Código, e assim terá que ser julgada com base nos critérios normais da responsabilidade subjetiva.

---

9. NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria. *Código de Processo Civil Comentado e legislação processual civil extravagante em vigor*. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997. p. 1402.

10. *Op. cit.*, P. 353.

11. FIORILLO, Celso Antonio Pacheco et al. *Direito Processual Ambiental Brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996. p. 137.

12 WATANABE, Kazuo. *Código Brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. p. 655.

Vladimir Passos de FREITAS<sup>13</sup>, ao comentar o art., diz que “O art. 70 do CPC disciplina as hipóteses em que ela será obrigatória. Por exemplo, o inciso III dispõe:

(...) Pois bem, no Código do Consumidor segue-se orientação exatamente oposta. Proíbe-se a denúncia da lide com a finalidade de evitar o retardamento da prestação jurisdicional. Evidentemente esta regra especial prevalece sobre a geral do CPC. Ao que vier condenado, como já visto, segue-se a possibilidade de exercer ação regressiva contra os demais responsáveis.

Tânia Liz Tizzoni NOGUEIRA, ao escrever um artigo envolvendo situação intervencional em relação de consumo, também compreende não ser permitida a denúncia da lide nas ações que versem sobre as relações de consumo:

Isto se dá porque ao fazer uso da denúncia forma-se outra lide paralela à originária, dentro dos mesmos autos, o que traz como consequência a demora do curso da ação principal. Outro motivo ainda mais relevante para a vedação da aplicação do instituto da denúncia é o fato de que nas relações de consumo todos os que integram a cadeia de fornecimento do bem consumo são ‘solidariamente’ responsáveis, bastando portanto que o consumidor acione a qualquer um para ver seu objetivo atingido.<sup>14</sup>

Augusto ZENUN, em seus *Comentários ao Código do Consumidor*, diz que a vedação não pode ser admitida e explica: “vedar a denúncia da lide, se esta é corolário da existência de mais de um responsável, donde não prevalecer essa vedação”.<sup>15</sup>

Apesar deste último posicionamento citado, vimos que a maioria dos autores concorda que, pela nova sistemática do Código de Defesa do Consumidor, não há cabimento para a figura da denúncia da

---

13. FREITAS, Vladimir Passos et al. *Código do consumidor comentado*. Rio de Janeiro: Forense, 1991. p. 344.

14. NOGUEIRA, Tânia Liz Tizzoni. Direitos básicos do consumidor: a facilitação da defesa dos consumidores e a inversão do ônus da prova. *Direito do consumidor*, São Paulo, v. 10, p. 52.

15. ZENUN, Augusto. *Comentários ao Código do Consumidor*. Rio de Janeiro: Forense, 1992. p. 130.

lide. Da mesma forma a jurisprudência, quase que por unanimidade, tem vedado a possibilidade de denunciação da lide nas lides que versem sobre relações de consumo. Vejamos alguns julgados, *in verbis*:

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

INTERVENÇÃO DE TERCEIROS - DENUNCIAÇÃO A LIDE - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS FUNDADA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

VEDAÇÃO CONTIDA NO ART. 88 DA LF 8078/90 INCOMPATIBILIDADE, ADEMAIS, COM A CELERIDADE PROCESSUAL PREVISTA NO REFERIDO ESTATUTO - RP PARA ESSE FIM. O INSTITUTO DA DENUNCIAÇÃO A LIDE, POR SER UM COMPLICADOR PROCESSUAL POR EXCELENÇA, E INCOMPATÍVEL COM O OBJETIVO TRAÇADO PELA LF 8078/90, DE FORNECER PROTEÇÃO RÁPIDA E EFICAZ A TODA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA QUE ADQUIRE OU UTILIZA PRODUTO OU SERVIÇO COMO DESTINATÁRIO FINAL.

INTERVENÇÃO DE TERCEIROS - Denunciação da Lide - Ação Civil Pública - Não Cabimento - Hipótese em que não se discute culpa ou dolo, em face da responsabilidade objetiva do causador do dano - Caso, ademais, que não se encaixa nas hipóteses do artigo 70 do Código de Processo Civil - Não comprovação de solidariedade e responsabilidade entre litisdenunciantes e litisdenunciados - Recurso não provido. Não cabe a denunciação da lide quando inexistente a relação jurídica que evidencie responsabilidade dos litisdenunciados . ( Agravo de Instrumento n. 224.272 - 1 - Adamantina - Relator: ANTONIO MANSSUR - CCIV 3 - V.U. - 06.12.94)

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ**

ACÓRDÃO: 1881

DESCRIÇÃO: AGRAVO DE INSTRUMENTO

RELATOR: DES. FLEURY FERNANDES

COMARCA: CURITIBA - 4ª VARA CÍVEL

ÓRGÃO: QUINTA CÂMARA CÍVEL

PUBLICAÇÃO: 15/09/1997

POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO INSTITUTO DA DENUNCIAÇÃO...  
IVONE CRISTINA DE SOUZA JOÃO

EMENTA

ACÓRDÃO: DECIDE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ POR SUA 5ª CÂMARA CÍVEL, A UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA. CONSUMIDOR EVENTUALMENTE PREMIADO EM PROMOÇÃO DE BEBIDAS PRODUZIDAS POR INDÚSTRIA FRANQUEADA, VEICULADA COMO “CARTELAS OLÍMPICAS COCA-COLA”. ARGUIÇÃO DE ILEGITIMIDADE DE PARTE COM PEDIDO ALTERNATIVO DE DENUNCIAÇÃO DA LIDE A TERCEIRO. DESCABIMENTO. AGRAVO IMPROVIDO. É PARTE LEGÍTIMA PARA RESPONDER A AÇÃO DE COBRANÇA INTENTADA POR CONSUMIDOR A EMPRESA QUE ADERE E SE BENEFICIA DE PROMOÇÃO DE VENDAS INSTITUÍDA ATRAVÉS DE DISTRIBUIÇÃO DE PRÊMIOS OU SORTEIOS, NÃO IMPORTANDO QUE ESSA PROMOÇÃO TENHA SIDO INSTITUÍDA POR TERCEIROS OU QUE OUTREM TENHA SIDO ENCARGADO DA FABRICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS CONFIGURADORES DOS PRÊMIOS. “O INSTITUTO DA DENUNCIAÇÃO DA LIDE, POR SER UM COMPLICADOR PROCESSUAL POR EXCELÊNCIA, E INCOMPATÍVEL COM O OBJETIVO TRAÇADO PELA LEI N º 8.078/90 DE FORNECER PROTEÇÃO RÁPIDA E EFICAZ A TODA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA QUE ADQUIRE OU UTILIZA PRODUTO OU SERVIÇO COMO DESTINATÁRIO FINAL, E A MAIS NINGUÉM”.

DECISÃO: NÃO ESPECIFICADO

*TRIBUNAL DE ALÇADA DO PARANÁ*

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - DENUNCIAÇÃO DA LIDE - VEDAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 88 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - INAPLICAÇÃO NA ESPÉCIE EM DEBATE - RECURSO DESPROVIDO.

LEGISLAÇÃO: L 8078/90 - ART 88.

L 8078/90 - ART 13, PAR UN.

CPC - ART 70, I.

(AGRAVO DE INSTRUMENTO - 0072197700 - CASCAVEL - JUIZ CAMPOS MARQUES - QUARTA CÂMARA CIVIL - Julg: 30/11/94 - Ac.: 5407 - Public.: 16/12/94).

*TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO*

PROCESSO: 24950183350 - DATA: 24/06/1997

DESEMBARGADOR: MAURILIO ALMEIDA DE ABREU

AGRAVO DE INSTRUMENTO

ORIGEM: COMARCA DA CAPITAL - JUÍZO DE VITORIA

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - DENUNCIAÇÃO DA LIDE - NÃO CABIMENTO - VEDAÇÃO CONTIDA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - INCOMPATIBILIDADE COM A CELERIDADE PROCESSUAL PREVISTA NO R. ESTATUTO - RECURSO IMPROVIDO. "IN CASU", RESTOU ACLARADO QUE "A DENUNCIAÇÃO DA LIDE NÃO É ADMITIDA PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DE UMA MANEIRA GERAL. ADMITIDA É A AÇÃO E PROCESSO, AUTÔNOMOS, DE REGRESSO, OU A POSSIBILIDADE DE PROSSEGUIR NOS MESMOS AUTOS, MAS SEMPRE COM AUTONOMIA, POR AQUELE QUE PAGOU, CONTRA OS RESPONSÁVEIS CAUSAIS OU ORIGINÁRIOS ( ART. 13 E INCISOS I E II, ESPECIALMENTE) PELA CAUSAÇÃO DO EVENTO DANOSO E NA MEDIDA DA PARTICIPAÇÃO DESTES".

Porém, encontramos também julgados admitindo a denúncia da lide para ações envolvendo relações de consumo:

*TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO*

INTERVENÇÃO DE TERCEIROS - Denúnciação à lide - Admissibilidade - Indenização - Erro Médico - Denúnciação da lide pelo hospital aos médicos que atenderam ao paciente - recurso parcialmente provido. Não se tratando a questão de mera prestação de serviços regulada pelo Código de Defesa do Consumidor, que pode e deve ser aplicado conjuntamente aos demais dispositivos legais que regem a matéria, para apuração dos fatos, demais dispositivos legais que regem a matéria, para apuração dos fatos, mediante a produção de todo tipo de prova, deverão os médicos participar, na qualidade de litisdenunciados. Uma vez apurada a culpa daqueles, restará caracterizada a responsabilidade do hospital-réu, que terá direito de regresso, mas tudo após regular procedimento cognitivo, com observância do amplo direito de defesa, constitucionalmente consagrado. (Agravado de Instrumento n. 268.247

POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO INSTITUTO DA DENUNCIAÇÃO...  
IVONE CRISTINA DE SOUZA JOÃO

- 1 - São Paulo - 7ª Câmara Civil - Relator: Rebouças de Carvalho  
- 20.09.95 - V.U.)

*TRIBUNAL DE ALÇADA DE MINAS GERAIS*

PROCESSO: 0160389 - 6/00

DESCRIÇÃO: Apelação ( CV)

ORIGEM: BELO HORIZONTE

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA CÍVEL

JULGAMENTO: 10/05/1994

RELATOR: Juiz EDIVALDO GEORGE

DECISÃO: Por maioria

PUBLICAÇÃO: DJ 27.12.94 E RJTAMG 54-55/139-140

EMENTA

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - DENUNCIAÇÃO DA LIDE  
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - CONTRATO - MOEDA ESTRANGEIRA -  
VOTO VENCIDO - AS DEMANDAS RELATIVAS A PRESTAÇÃO DE SERVI-  
ÇO NÃO SE VEDA A DENUNCIAÇÃO DA LIDE, PORQUANTO O ART. 88  
DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, AO PROIBIR A CITADA  
ESPÉCIE DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS, ABRANGEU TÃO SOMENTE  
AS AÇÕES QUE ENVOLVAM COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS  
FABRIS OU MANUFATURADOS. - ... ( JUIZ EDIVALDO GEORGE, RELA-  
TOR PARCIALMENTE VENCIDO).

PROCESSO : 0211127-7/00

DESCRIÇÃO: APELAÇÃO (CV)

ORIGEM: SACRAMENTO

ÓRGÃO: 4ª CÂMARA CÍVEL

JULGAMENTO: 20/03/1996

RELATOR: Juiz JARBAS LADEIRA

DECISÃO: UNANIME

PUBLICAÇÃO: DJ 24.05.96

EMENTA

INDENIZAÇÃO - VEÍCULO - DEFEITO DE FABRICAÇÃO - CÓDIGO DE  
DEFESA DO CONSUMIDOR - DENUNCIAÇÃO DA LIDE - OCORRENDO DANOS  
EM MOTOR DE VEÍCULO, RESULTANTES DE DEFEITO DE FABRICAÇÃO,  
RESPONDE A REVENDEDORA PERANTE O USUÁRIO, NOS TERMOS DO ART.

18 DA LEI 8078/90, SENDO ASSEGURADA A ELA A DENUNCIAÇÃO DA FIRMA FABRICANTE, VISANDO AO REEMBOLSO DA INDENIZAÇÃO PAGA, MORMENTE ESTANDO O BEM COBERTO POR GARANTIA.

*TRIBUNAL DE ALÇADA DO PARANÁ*

EMENTA

LOCAÇÃO RESIDENCIAL - COBRANÇA DE MULTA COMPENSATÓRIA E TAXA DE CONDOMÍNIO - AGRAVO RETIDO - INDEFERIMENTO DA DENUNCIAÇÃO A LIDE - IMOBILIÁRIA - CONFIGURAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 14 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR C/C 70, III DO CPC. - POSSIBILIDADE - RECURSO DE AGRAVO PROVIDO - APELO PREJUDICADO. POSSÍVEL A APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PARA EMBASAR DIREITO DO LOCATÁRIO EM DENUNCIAR A LIDE A IMOBILIÁRIA, VISANDO GARANTIR DIREITO DE REGRESSO POR EVENTUAIS PREJUÍZOS QUE ESTA TENHA DADO CAUSA.

LEGISLAÇÃO: L 8078/90 - ART. 14

CPC - ART. 70, III.

L 8078/90 - ART. 52, PAR. 1.

L 8078/90 - ART 3.

DOCTRINA: SANTOS, MOACIR AMARAL - PRIMEIRAS LINHAS DO PROCESSO CIVIL, 14

ED SARAIVA, P 2.

FILOMENO, JOSÉ GERALDO BRITO - CÓDIGO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, 1993, 3 ED, ED FORENSE, P. 26

(APELAÇÃO CÍVEL - 103129400 - LONDRINA - JUIZ FERNANDO VIDAL DE OLIVEIRA - SEGUNDA CÂMARA CÍVEL - Julg: 17/09/97 - Ac.: 8999 - Public.: 03/10/97).

De nossa parte, pensamos ser realmente inviável a denúncia da lide nas lides de consumo, em qualquer ação, individual ou coletiva, inclusive nas lides que tutelem os direitos individuais homogêneos, senão pelo fato de que estamos tratando da responsabilidade objetiva, ainda porque a denúncia da lide vai de encontro ao objetivo da legislação (que, como já vimos fartamente, preocupa-se com o consumidor, em primeiro lugar) e,



por óbvio, a denúnciação da lide complicaria o pólo passivo da relação, mesmo porque novo fundamento seria introduzido entre os co-responsáveis, calcado na responsabilidade subjetiva.

Embora o código vede a denúnciação da lide somente no pólo passivo da relação, entendemos que também ao autor ou aos autores legitimados está vedada a utilização desta modalidade de intervenção, pois, pelas mesmas razões já elencadas, isso seria um tumultuador processual. Além disso, dificilmente haveria escopo para sua utilização no pólo ativo.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABELHA RODRIGUES, Marcelo. Análise de alguns princípios do processo civil à luz do título III do Código de Proteção e Defesa do Consumidor. *Direito do Consumidor*, São Paulo, n. 15, jul/set. 1995.
- ABELHA RODRIGUES, Marcelo; FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Direito processual ambiental brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.
- ARRUDA ALVIM, José Manoel de. Anotações sobre as perplexidades e os cominhos do processo civil contemporâneo - sua evolução ao lado da do direito material. *Direito do Consumidor*, São Paulo, n. 2, p. 76-99.
- \_\_\_\_\_. Ação Civil Pública. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 87, p. 149-185.
- ARRUDA ALVIM, José Manoel et. al. *Código do Consumidor comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.
- BARBOSA MOREIRA, Carlos Roberto. A defesa do consumidor em juízo. *Direito do Consumidor*, São Paulo, n. 5, p. 190-201.
- \_\_\_\_\_. O processo civil no Código do Consumidor. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 63, p. 138-46.
- BARBOSA MOREIRA, José Carlos. A ação popular do direito brasileiro, como instrumento de tutela jurisdicional dos chamados "interesses difusos". In: *Temas de Direito Processual, primeira série*. São Paulo: Saraiva, 1977.
- \_\_\_\_\_. A proteção jurídica dos interesses coletivos. In: *Temas de Direito Processual, terceira série*. São Paulo: Saraiva, 1984.
- \_\_\_\_\_. Ações coletivas na Constituição Federal de 1988. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 61, p. 187-200, 1991.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre o problema da "efetividade" do processo. In: *Temas de Direito Processual, terceira série*. São Paulo: Saraiva, 1984.
- \_\_\_\_\_. Tendências contemporâneas do Direito Processual Civil. In: *Temas de Direito Processual, terceira série*. São Paulo: Saraiva, 1984.
- \_\_\_\_\_. Os novos rumos do processo civil brasileiro. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 78, p. 133-144.
- BITTAR, Carlos Alberto. *Direitos do consumidor*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

REVISTA DA FACULDADE  
DE DIREITO

- CAPPELLETTI, Mauro. O acesso dos consumidores à justiça. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 62, 1991.
- \_\_\_\_\_. Formações sociais e interesses coletivos diante da justiça civil. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 5, 1977.
- CRUZ, José Raimundo Gomes. *Pluralidade de partes e intervenção de terceiros*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.
- CUNHA, Alcides A. Munhoz. Evolução das ações coletivas no Brasil. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 77, p. 224-235.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *Litisconsórcio*. 5.ed. rev. amp. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 1997.
- FERRAZ, Antonio Augusto Mello de Camargo. *A ação civil pública e a tutela jurisdicional dos interesses difusos*. São Paulo: Saraiva, 1984.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Comentários à constituição brasileira de 1988*. São Paulo: Saraiva, 1990. v.1.
- FILOMENO, José Geraldo Brito. *Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Manual de direitos do consumidor*. São Paulo: Atlas, 1991.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Os sindicatos e a defesa dos interesses difusos no processo civil brasileiro*. São Paulo: RT, 1995.
- \_\_\_\_\_. A ação civil pública e a defesa dos direitos constitucionais difusos. São Paulo, RT, Ação Civil Pública, Édís Milaré.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco et al. *Direito Processual Ambiental Brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.
- FREITAS, Vladimir Passos et al. *Código do consumidor comentado*. Rio de Janeiro: Forense, 1991.
- GIDI, Antonio. *Coisa julgada e litispendência nas ações coletivas*. São Paulo: Saraiva, 1985.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. *Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- \_\_\_\_\_. As garantias constitucionais do processo nas ações coletivas. In: *Novas tendências do Direito Processual*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- \_\_\_\_\_. Acesso à justiça e garantias constitucionais no processo do consumidor. In: *As garantias do cidadão na justiça*. São Paulo: Saraiva, 1993.
- \_\_\_\_\_. O novo processo do consumidor. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 62, p. 141-152.
- MANCUSO, Rodolfo de Carmargo. *Ação Civil Pública*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.
- \_\_\_\_\_. Defesa do consumidor: reflexões acerca da eventual concomitância de ações coletivas e individuais. *Direito do Consumidor*, São Paulo, n. 2, p. 148-56.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. *A defesa dos interesses difusos em juízo*. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

- \_\_\_\_\_. Interesses coletivos e difusos. *Justitia*, São Paulo, n. 157, p. 41-54, 1992.
- MILARÉ, Édís. *Ação Civil Pública e a tutela jurisdicional dos interesses difusos*. São Paulo: Saraiva, 1984.
- MONTORO, André Franco. *Introdução à ciência do Direito*. 20.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.
- NERY JÚNIOR, Nelson. *Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Princípios do processo civil na Constituição Federal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.
- \_\_\_\_\_. Aspectos do processo civil no Código de Defesa do Consumidor. *Direito do consumidor*, São Paulo, v. 1, p. 200-21, 1992.
- \_\_\_\_\_. Os princípios gerais do código brasileiro de defesa do consumidor. *Direito do consumidor*, São Paulo v. 3, p. 44-77, 1992.
- \_\_\_\_\_. Aspectos relevantes do Código de Defesa do Consumidor. *Justitia*, São Paulo, n. 155, p. 77-95, 1991.
- NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil Comentado e legislação processual civil extravagante em vigor*. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- NOGUEIRA, Tânia Liz Tizzoni. Direitos básicos do consumidor: a facilitação da defesa dos consumidores e a inversão do ônus da prova. *Direito do consumidor*, São Paulo, v. 10, p. 48-59.
- SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras linhas de direito processual civil*. 18.ed. rev. amp. São Paulo: Saraiva, 1997. 2v.
- TUCCI, José Rogério Cruz e. Código do Consumidor e processo civil - aspectos polêmicos. *RT*, São Paulo, n. 671, p. 32-9, 1991.
- WATANABE, Kazuo. *Código Brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- ZENUN, Augusto. *Comentários ao Código do Consumidor*. Rio de Janeiro: Forense, 1992.